

Sem sair do papel

A DIFICULDADE DE POSICIONAMENTO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA NAS POLÍTICAS DE SOFTWARE LIVRE

Diogo F. T. Aquino e Luíza F. T. Aquino

1. RESUMO

A apropriação dos Softwares Livres pelas universidades parece ser a solução ideal para evitar conflitos de direitos de cópia e pirataria no ensino prático acadêmico que necessite de meios digitais. No entanto, ao recorrer aos estudos existentes sobre o assunto, percebemos que nem sempre a medida é totalmente integralizada pelas instituições de ensino, que devem preparar o aluno para sua inserção no mercado real de trabalho. Nossa cultura, como explicitado pela Associação de Docentes de UERJ na Revista Advir, está arraigada no uso de softwares proprietários. As empresas já automatizaram a utilização das ferramentas clássicas. Nelson Lagos, na Semana do Software Livre USP, aponta o fato do software livre “não ser a norma” como um dos maiores empecilhos para sua utilização regular. Frente a esta dificuldade e às concepções equivocadas do público geral sobre Softwares Livres, concluímos que as universidades ainda não conseguem adotar tranquilamente as versões livres como única opção.

Palavras-chave: software livre, universidade brasileira, propriedade intelectual

2. SUMMARY

Libre software incorporation by Brazilian universities seems to be the ideal solution to avoid copyright and piracy conflicts in academic practices that require digital medias. However, recurring to existing studies about the matter, it seems fair to realize that this solution is not always fulfilled by academic institutions, which should prepare their students to the job market. Our culture, as shown by UERJ Teachers Association in Revista Advir, is stuck in the use of commercial software. Companies have automatized the use of their classical tools. Nelson Lagos, in USP Free Software Week, pointed that not being libre software a standard is one of the major drawbacks to their constant use. Facing this difficulty and wrong conceptions by general public around Free Software,

we conclude that Brazilian universities are not ready to adopt free software as their only option.

Keywords: libre software, Brazilian universities, intellectual property

3. ARTIGO

Como instituição de formação, cultivo e perpetuação do saber humano, a universidade é por excelência um campo fértil para a produção intelectual, e conseqüentemente fértil também para o uso de propriedade intelectual previamente desenvolvida. Afinal, a construção do saber passa sempre pela apropriação de teorias, conceitos e mecanismos que definem em todos os sentidos o estado de arte do campo em questão.

Parte dos mecanismos envolvidos nessa construção, os softwares utilizados nas universidades têm hoje um papel essencial na produção acadêmica. Seja no armazenamento de informações em bancos de dados de pesquisa ou na preparação de alunos para o mercado de trabalho, estão presentes em todos os campos da vida universitária. Sendo de tal importância, não surpreende que se discuta tanto a apropriação dos conceitos de software livre e de produtos que se adequem a esta norma na universidade brasileira. Para Beatriz Martins, no contexto universitário, o software livre representa uma “autonomia de gerir seu próprio sistema operacional, criando as adaptações e funcionalidades mais adequadas às suas demandas” (MARTINS, 2012). Apesar disso, a universidade brasileira encontra alguns obstáculos quando decide repensar a lógica de utilização de softwares.

É bem conhecida a morosidade do processo de aquisição de produtos e contratação de serviços por instituições públicas no Brasil, a licitação. Diversos entraves burocráticos de diferentes naturezas atrasam e oneram o processo, não cabendo a este artigo discorrer sobre eles. O fato é que esse tipo de atraso pode gerar uma defasagem muito grande entre os modernos recursos do mercado e os utilizados na universidade. Além disso, faz com que a universidade se mantenha dependente de empresas de software, cujos interesses nem sempre coincidem com os objetivos da instituição e dos cursos de graduação. Por esses e outros motivos, a adoção de software licenciado no país é limitada.

Na contramão desses debates, o Brasil vive a soberania da pirataria. Aqui, mais que uma questão de liberdade de adaptação e cooperação, os direitos autorais são uma questão econômica. A compra de softwares utilizados por profissionais das mais diversas áreas se torna particularmente difícil pelo alto valor em taxas imposto pelo governo brasileiro. O resultado da taxaço, combinado à própria diferença de renda per capita entre os consumidores desses softwares de diferentes países, resulta em valores exorbitantes para os produtos. No caso de instituições de ensino, esses valores são geralmente reduzidos pelas companhias, que assim divulgam seus produtos para futuros profissionais.

Nesse cenário, discussões acerca da legitimidade dos códigos de legislação de direitos autorais têm ganhado grande destaque nas esferas públicas acadêmicas. No centro da discussão, junto a outros temas, estão as liberdades de aquisição e uso de propriedade intelectual, como patentes médicas e biológicas, novidades tecnológicas, produções culturais audiovisuais e software dos mais diversos tipos. Contra a lógica clássica de patentes (copyrights), propostas como Free Software e Creative Common propõem formas alternativas de lidar com patentes. Estas permitem o uso e a apropriação “livre” dos produtos, sem as restrições autorais clássicas, mas mantendo o mérito do autor original. Nelson Lagos, na Semana do Software Livre da USP, ressalta que a utilização de softwares livres é uma questão de ética – uma vez que o conhecimento se torna disponível a todos, sem restrições financeiras -, de impacto na sociedade do futuro – sendo o conhecimento “fundamental e estratégico demais para ficar nas mãos de apenas um grupo” – e também tecnicamente interessante como metodologia – por suas vantagens técnicas e de mercado. Porém, apesar da discussão ser presente nas universidades brasileiras, a adoção desse tipo de conceito por estas mesmas instituições ainda caminha em passos lentos. Lagos apresenta o exemplo da USP como uma comunidade universitária que utiliza os softwares livre. De acordo com ele, este grupo é majoritariamente composto por alunos entusiastas e professores que investigam o assuntos, ou que desenvolvem suas próprias versões. “É uma comunidade tradicionalmente dispersa” (LAGOS, 2013)

Diversos motivos podem ser apontados para o pouco uso de software livre pela universidade brasileira. João Araújo Ribeiro, em introdução para discussões sobre as vantagens das versões não proprietárias, aborda as principais barreiras para a adoção

destas nas instituições de ensino. Essencialmente, o mercado brasileiro está culturalmente associado ao software comercial:

Isso decorre de uma cultura arraigada do uso do software de grandes empresas. O primeiro contato com o mundo da computação se deu, para a maioria das pessoas, através de programas proprietários fechados. Aprender a usar outro sistema envolve um certo tempo gasto em conhecer como fazer procedimentos que já foram automatizados pelos usuários. (RIBEIRO, p. 1, 2012)

É comum as empresas nacionais optarem por utilizar softwares tradicionais do setor, muitas vezes adotando soluções como a pirataria para desviar dos altos custos de utilização comercial. Cria-se a expectativa de que o meio universitário acompanhe o mercado em relação às ferramentas utilizadas no ambiente de trabalho, facilitando a futura inserção de seus alunos. Torna-se, portanto, difícil para as universidades investirem no ensino baseado em softwares livres.

Nesse momento temos uma ausência de políticas claras na universidade quanto às alternativas ao software proprietário de alto custo e direitos limitados. Lagos afirma que o software livre ainda “não é a norma”:

O que a gente têm na realidade prática é que as pessoas estão mais acostumadas com a ideia do software que não é livre. E existe toda uma legislação de copyright que é extremamente rígida. Pessoas diferentes vêm essa questão de software livre de maneiras diferentes. (LAGOS, 2013)

Concordamos com Lagos na questão de ter ou não as versões livres como uma opção. Depende. “Diferentes programas ou situações podem se beneficiar de diferentes abordagens”. O mesmo é válido para as instituições de ensino. Não podemos esperar que o mercado se volte de uma hora contra os softwares proprietários, já consagrados nas respectivas áreas. Ainda é necessário muita discussão a nível nacional para abrir as portas para o compartilhamento de conhecimentos livre. Assim, as universidades não podem simplesmente optar por um ou outro instrumento. Um posicionamento mais claro dos corpos de direção das instituições estimulando a adoção de softwares livres, porém, seria crucial para conscientizar os docentes e profissionais do ensino sobre as vantagens institucionais e culturais do uso de software livre para a universidade brasileira. Como cita Ribeiro, um segundo empecilho para a utilização dos softwares livres é justamente a falta de informação:

Boa parte do público ainda tem concepções equivocadas acerca do Software Livre. Sempre ouço coisas como “não é tão bom quanto o proprietário” ou “se é de graça,

não é bom”. Também é comum pensar que só as carreiras ligadas à computação podem se beneficiar ou contribuir com o Software Livre. (RIBEIRO, p. 1, 2012)

É clara, portanto, a necessidade de um maior envolvimento com a divulgação deste universo de possibilidades de compartilhamento. Concluimos nosso artigo com as palavras de Ribeiro, “a adoção do Software Livre depende não só de questões práticas ou éticas, mas também deve ser fruto de uma decisão política da universidade”.

Referências bibliográficas

Revista Advir. Associação de Docentes de UERJ, 29ª edição. Dezembro de 2012.

LAGOS, Nelson. Vídeo palestra da Semana do Software Livre USP. Disponível em: <<http://social.stoa.usp.br/ssl2013>> Data de acesso: 03 de maio de 2013.

De Resende, Ana Paula Dias, et al. "Software livre na universidade." Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre. Vol. 1. No. 2. 2012.